

Gênero, sexo, sexualidades

Categorias do debate contemporâneo

CRISTINA SCHEIBE WOLFF*
RAFAEL ARAÚJO SALDANHA**

RESUMO: Neste artigo, apresentamos o debate contemporâneo sobre as categorias “gênero”, “sexo” e “sexualidades”, com uma explanação dos vínculos da discussão acadêmica com o movimento feminista e a apresentação das noções de sexo, mulher e mulheres, mostrando como surgem os debates da categoria gênero. E, finalmente, procuramos explicar as categorias pelas quais se discute a sexualidade e a diversidade sexual, contextualizando-as a partir da teoria *queer*.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Sexualidade. Diversidade sexual. Teoria *queer*.

Introdução

Recentemente estamos trabalhando, no Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, em um curso de especialização com o tema “Gênero e Diversidade na Escola”, apoiado pelo MEC. Nas aulas presenciais, algumas questões das professoras¹ chamaram nossa atenção:

- Por que entre duas irmãs, criadas da mesma forma, na mesma família, uma pode ser “normal” e outra “homossexual”?

- O que fazer quando um pai de aluno se enfurece quando seu filho (menino) escolhe uma boneca como brinquedo?

* Doutora em História Social. Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Membro da Coordenação Editorial da Revista Estudos Feministas. Florianópolis/SC - Brasil. *E-mail:* <cristiwofff@gmail.com>.

** Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis/SC - Brasil. *E-mail:* <rafa.saldanha@gmail.com>.

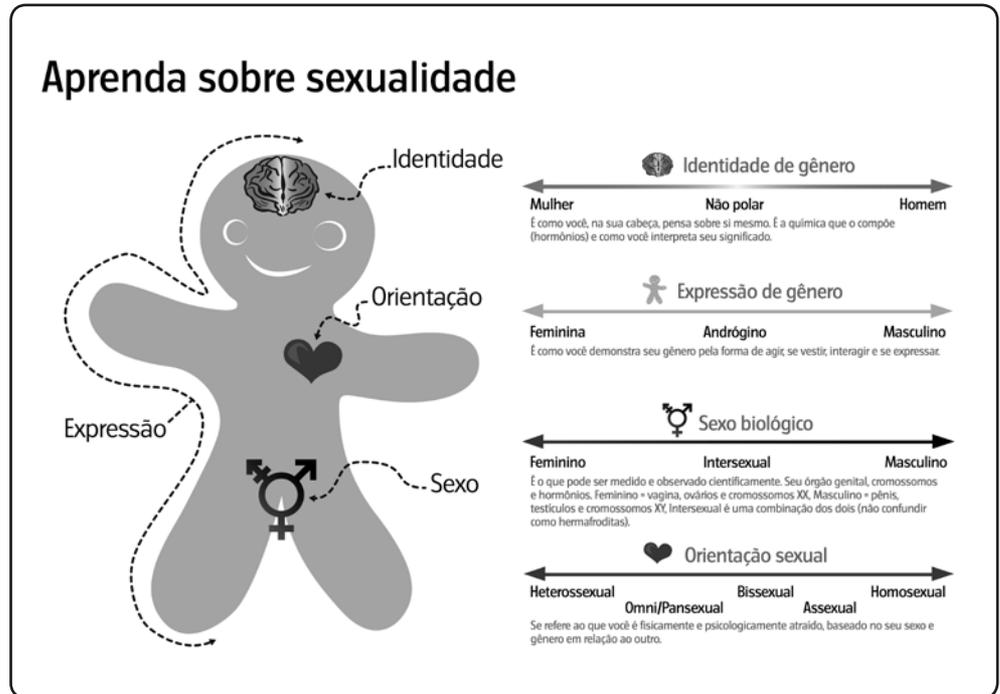
- Qual é mesmo a diferença entre sexo e gênero? Por que fazer esta diferença?
- Como lidar, na escola, com as situações de *bullying* com relação a alunas vistas como “homossexuais”?
- Por que as meninas têm mais dificuldade em algumas matérias e os meninos em outras?

Ou seja, as questões que atravessam gênero, sexo e sexualidades estão presentes de forma muito intensa no cotidiano escolar, e geram dúvidas, situações difíceis para professoras, alunas, mães e todas as profissionais envolvidas no processo educativo. Nosso objetivo neste texto é fazer uma introdução a esse debate, mostrando como foram criadas algumas das categorias fundamentais nos estudos sobre o tema, indicando algumas bibliografias e possibilidades de aprofundamento. Para isso, dividimos o texto em duas partes: na primeira parte iremos tratar da história da categoria gênero, fazendo sua relação com o feminismo e com categorias como sexo, mulher e mulheres. (PEDRO, 2005). Na segunda parte, tratamos mais especificamente do campo da sexualidade e da teoria *queer*.

As perguntas mencionadas falam de três categorias teóricas principais, três tipos de fenômenos que não devem ser confundidos, embora se relacionem intimamente: 1. O sexo, que normalmente se refere a características físicas e biológicas dos corpos que, na nossa sociedade, são classificados em machos (associados aos homens), fêmeas (associados às mulheres) e intersex (antigamente chamados de hermafroditas). 2. O gênero, que se refere aos aspectos culturais, históricos e sociais de como se classificaram as pessoas a partir das diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1990) e que categoriza as pessoas como femininas ou masculinas (cisgêneros), transgêneros (trans-homem, trans-mulher) ou não binárias e que também se relaciona com o que tem sido chamado de “expressão” ou “papel” sexual, ou seja, como as pessoas performatizam ou representam seu gênero. 3. A sexualidade ou orientação sexual, que se refere às práticas sexuais das pessoas, seja orientada para pessoas do sexo oposto (heterossexuais), para pessoas do mesmo sexo (homossexuais), para ambos (bissexuais), para pessoas trans (omni/pansexuais) ou para nenhum (assexuais). Essas três classificações podem se cruzar de formas variadas.

As normas da sociedade ocidental contemporânea, embora estejam em constante transformação, ainda criam a expectativa de que uma pessoa que nasceu com características físicas e biológicas reconhecidas como “fêmea”, comporte-se de maneira “feminina” e tenha desejo sexual por “homens” e aqueles que, por sua vez, tenham nascido com características físicas de “macho”, comportem-se de maneira “masculina” e tenham desejo sexual por “mulheres”. Mas tudo pode ser diferente, exemplos não faltam.

Figura 1- Sexualidade



Fonte: Adaptado do site <<http://itspronouncedmetrosexual.com/2012/01/the-genderbread-person/>>

Feminismo, sexo e gênero

Os estudos sobre mulheres e gênero se iniciaram a partir de demandas da sociedade, afinal, são essas demandas que fazem surgir os temas de pesquisa, os conceitos, os novos paradigmas. Foi a partir das lutas das mulheres por reconhecimento de sua cidadania e por direitos e educação que se iniciaram, com mais regularidade, os estudos que enfocavam esse novo sujeito social: na época, “a mulher” ou “o segundo sexo”.

Embora tenhamos mulheres precursoras na luta pelos direitos das mulheres ainda no século XVIII (SCOTT, 2002), foi na segunda metade do século XIX que surgiu com maior força o movimento social designado pelo título de feminismo, e que tinha como principal reivindicação o voto para as mulheres, sendo por isso também chamado de “sufragismo”. As mulheres de vários países, incluindo o Brasil, organizaram-se para obter o direito de participação política, realizando manifestações públicas, petições, escrevendo manifestos e jornais, entre outras formas de pressão política. Esse movimento, que obteve êxitos ao longo do início do século XX, chamou a atenção para as mulheres como sujeitos sociais, iniciando uma discussão política que até hoje é bastante importante. No Brasil, por exemplo, o direito ao voto para as mulheres foi obtido em 1932.

Para as mulheres que reivindicavam direitos políticos, era importante mostrar que elas tinham participação na história, na cultura, nas artes, na economia e na sociedade. Desde então há esforços para destacar a atuação de figuras femininas no cenário público, de certa maneira comprovando a capacidade das mulheres. No Brasil, escritoras como Nísia Floresta (1810-1885) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945) escreveram numerosos livros nos quais defendiam os direitos das mulheres.

Para além do voto, outra grande reivindicação das mulheres foi o direito à educação. E, ao longo da primeira metade do século XX, os progressos nesta área foram muitos, incluindo o acesso de mulheres a carreiras antes totalmente interditadas a elas, como a medicina, o direito, entre outras. Em 1949, uma obra de cunho filosófico marcou o cenário francês, e mundial: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, um livro que analisava, sob vários aspectos, as causas e as maneiras pelas quais as mulheres estavam historicamente subordinadas aos homens, na sociedade ocidental. (CHAPERON, 1999). Tendo sido escrita por uma mulher, que tinha conexões muito importantes na academia francesa, essa obra tornou-se um baluarte para o feminismo, na medida em que legitimava, por um lado, as reivindicações que eram sustentadas por grupos de reflexão e por organizações e, por outro lado, também colocava em palavras e conceitos muitos dos discursos que fundamentavam o feminismo. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, principalmente após a importante participação das mulheres nos esforços de guerra da Segunda Guerra Mundial, na Europa, Estados Unidos e União Soviética, especialmente, as reivindicações feministas foram se ampliando. (SILVA, 2003).

É nesta época, sobretudo a partir do fim dos anos 1960, que aparece no cenário político um novo feminismo, o chamado feminismo de segunda onda. (PEDRO, 2012). Esta nova onda de movimentos trouxe novas reivindicações e novas formas de organização. As novas palavras de ordem eram (e ainda são): “salário igual para trabalho igual”, “o privado é político”, “nosso corpo nos pertence”.

Acesso a novas carreiras e condições de trabalho e salário, que possibilitem que as mulheres tenham autonomia, passa a ser reivindicação ligada ao trabalho. As mulheres sempre trabalharam, especialmente em tarefas ligadas a casa e à agricultura, mas também nas fábricas, no artesanato. Se formos olhar, a vida da maioria das mulheres no passado, assim como da maioria dos homens, foram vidas marcadas pelo trabalho. Porém, agora, o que se estava reivindicando era o reconhecimento deste trabalho.

A frase “o privado é político” refere-se a questões que eram consideradas do âmbito do privado como, por exemplo, a violência doméstica, os direitos reprodutivos, os cuidados com as crianças e os serviços domésticos, que passam agora a ser questionados como questões sociais, que devem ser objeto de políticas de Estado, como o combate à violência, a construção e manutenção de creches, equipamentos coletivos como restaurantes e lavanderias, políticas de distribuição de contraceptivos, entre outras políticas.

“Nosso corpo nos pertence” refere-se, por sua vez, à autonomia das mulheres frente a seu próprio corpo, com relação, por exemplo, à opção de serem ou não mães, mas também com relação ao seu direito ao prazer sexual, a se vestirem e se portarem da forma como desejarem.

É interessante pensar que muitas dessas reivindicações, apesar de antigas, especialmente se pensarmos que já eram formuladas no início do século XX por autoras como Maria Lacerda de Moura, ainda hoje continuam nas bocas e nos cartazes das novíssimas feministas. Se pensarmos que a renda das mulheres economicamente ativas no Brasil ainda é cerca de 70% quando comparada a renda dos homens e que o número de feminicídios – mulheres que são mortas geralmente por seus maridos, companheiros, namorados ou ex, exclusivamente por serem mulheres – é imenso, essas reivindicações ainda valem!

Sexo, mulher, mulheres

A primeira categoria usada para os estudos que envolvem as diferenças entre mulheres e homens na sociedade foi “sexo”. A subordinação das mulheres era atribuída a seu sexo, que por sua vez era uma diferença considerada natural. Pesquisas científicas e especialmente o conhecimento médico indicavam diferenças nos corpos, entre homens e mulheres, que explicariam, de alguma maneira, porque as mulheres estavam em uma condição de subordinação aos homens. Os argumentos mais usados eram, e até hoje são (!!!), que as mulheres, por terem menor força física, dependeriam do trabalho dos homens para sobreviver, e, além disso, como elas teriam seu destino marcado pela maternidade, isso também as tornaria dependentes dos homens. Outras noções também assinalavam que os homens teriam maior inteligência, que as mulheres estariam mais sujeitas aos seus sentimentos e emoções, enquanto eles seriam mais racionais, e outras coisas assim. Todas “cientificamente” comprovadas por meios variados, desde as medidas do crânio, o peso da massa encefálica, a discriminação da quantidade de hormônios de cada tipo presentes nos organismos, enquetes, e mais recentemente, pesquisas envolvendo os cromossomos e o DNA.

O que estamos argumentando aqui não é que não existam diferenças de cunho sexual, cromossômico, genético, ou mesmo hormonal, mas que essas diferenças não podem ser imediatamente transferidas para diferenças de *status* social, como foram durante tantos séculos. (PEYRE e WIELS, 2015).

Assim, como se tratava de falar de sexo, o sujeito do feminismo neste momento era incontestavelmente “a mulher”. Como coloca Joana Maria Pedro, usava-se o termo Mulher como contraposição ao Homem, que era tido como sujeito universal. Através da

categoria Mulher, elas estavam dizendo que não se sentiam contempladas pela noção de Homem como coletivo universal:

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada. (PEDRO, 2005, p.80)

As primeiras obras acadêmicas escritas no Brasil que procuravam analisar a problemática das mulheres, nos anos 1960 e 1970, utilizavam este termo. É o caso, por exemplo, dos livros de Rose Marie Muraro, “A mulher na construção do mundo futuro” (1966) e “A Libertação sexual da mulher” (1975); do livro da socióloga Heleith Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (1976), e do pequeno “Mulher: objeto de cama e mesa” (1974) de Heloneida Studart, entre outros.

Na medida, porém, em que o próprio movimento feminista vai sendo questionado e ampliado, surgem questões a essa categoria. O movimento de mulheres negras, por exemplo, nos Estados Unidos e logo também nos países da América Latina, mulheres de periferia, indígenas e outras vão questionar essa sujeita, essa “A Mulher” e chamar a atenção para a diversidade das mulheres e, mais recentemente, ou seja, a partir dos anos 1990, para a interseccionalidade entre várias formas de dominação: classe, raça, gênero, geração. (CRENSHAW, 2012).

A partir desse momento e dessa discussão, tanto os movimentos quanto os trabalhos acadêmicos procuram utilizar preferencialmente o termo mulheres, que indica essa diversidade no próprio sujeito do feminismo e objeto de estudos.

A própria noção de sexo enquanto uma característica “natural” e “biológica” começou a ser questionada. Os estudos do historiador Thomas Laqueur (2001) mostram que o conhecimento médico, por exemplo, ao longo da história variou bastante no que era considerado como sexo masculino e feminino, e especialmente em estabelecer quais seriam as diferenças e fronteiras entre um e o outro. Para os médicos gregos da tradição de Galeno, haveria apenas um sexo, o masculino, sendo que nas mulheres, os mesmos órgãos estariam apenas dispostos diferentemente no corpo: ao invés de estarem expostos, o pênis e os testículos estariam “para dentro”, equivalendo à vagina e aos ovários. Ou seja, Laqueur argumenta que o gênero, enquanto sistema de hierarquia, é anterior ao sexo.

Gênero

O termo gênero é usado na linguística para designar se um objeto ou pessoa é feminino ou masculino, nas línguas latinas, mas em outras línguas existe também o gênero neutro, expresso pelo pronome “it” em inglês, por exemplo, ou “das” em alemão. No sentido em que tem sido usado recentemente, como uma categoria teórico-metodológica nas ciências humanas e sociais, seu uso remonta a 1968, quando o psicólogo Robert Stoller empregou o termo para diferenciar a “identidade sexual” *construída* por pessoas que hoje seriam chamadas de transexuais ou intersex, de sua “identidade anatômica”. (PEDRO, 2005, p.79). Ao longo dos anos 1980, o termo foi sendo mais utilizado por autoras preocupadas com a teoria feminista, especialmente de língua inglesa, como por exemplo Gayle Rubin, em seu famoso artigo “Tráfico de mulheres: notas para a economia política do sexo” (1993 [1975]) que falava de um sistema sexo-gênero. No Brasil, a categoria gênero ficou conhecida principalmente após a publicação do artigo da historiadora Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, em 1990, na revista *Educação e Realidade*.

Segundo Joan Scott, a categoria gênero:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (1990, p.86)

A partir do que ela diz e de outras discussões posteriores, consideramos que, quando falamos em gênero, devemos nos concentrar em alguns aspectos principais:

1. O gênero faz parte das relações sociais, assim como classe, raça, geração e outras categorias. Ele não pretende ser o único aspecto significativo das relações sociais, mas também não pode ser ignorado como um importante aspecto na configuração das sociedades contemporâneas e passadas.
2. O gênero é construção, ou seja, ele não é algo que venha da natureza, ele não está pré-determinado quando a pessoa nasce, embora haja expectativas sociais que relacionam o gênero ao sexo (mas, como vimos, o próprio sexo também é uma construção...).
3. O gênero está relacionado à cultura, à história e à forma social, ou seja, os aspectos que são considerados femininos, masculinos ou mesmo neutros, dependem de cada cultura, de cada sociedade e do tempo histórico e, portanto, podem ser modificados, transformados, repensados.

4. Não se deve falar “os gêneros”, como se fosse equivalente a “os sexos”, pois não há “um gênero masculino” por si só, ou um “feminino”, mas um sistema relacional de classificação social e cultural no qual certos comportamentos e características, roupas, maneiras, atividades, são consideradas femininas, masculinas ou neutras, dependendo de onde e quando estamos nos referindo.
5. Gênero é poder, é hierarquia. As sociedades estabelecem lugares sociais que são demarcados em termos de gênero, classe, raça, geração, religião, entre outros. Mas o gênero tem sido, nas sociedades que conhecemos, o primeiro desses critérios, aquele que estabelece, desde que a pessoa nasce e é identificada a partir de características sexuais com papéis esperados de gênero, que atividades ela poderá exercer em sua vida, e quanto poder terá em suas relações. Nas sociedades que conhecemos, esta hierarquia é de tipo “patriarcal”, ou seja, são as pessoas identificadas com o gênero masculino que detêm a maior parte do poder. Isso não quer dizer, como ensina Michele Perrot (1988, p.168), que as mulheres não tenham “poderes”. E como nos aponta Michel Foucault (1988, p.91), não há poder sem resistência.

A categoria gênero nasceu do esforço de se criar uma epistemologia feminista, capaz de possibilitar a análise social compreendendo a questão da subordinação das mulheres e fazendo possível a sua transformação. Mas isso não quer dizer que o sujeito do feminismo tenha deixado de ser “as mulheres”. Sobre isso a filósofa Judith Butler (2003) tem toda uma reflexão e os vários feminismos atuais têm se questionado bastante. O gênero trouxe para a discussão feminista, e para as ciências humanas e sociais em geral, uma dimensão relacional, que implicou, por exemplo, no surgimento de um campo novo, o das masculinidades. Afinal, não são só as mulheres que se tornam mulheres a partir do gênero, mas os homens também se tornam homens.

O campo da sexualidade

Voltando a nossas aulas no curso de especialização para professoras Gênero e Diversidade na Escola, outro questionamento recorrente tem sido como lidar com as situações colocadas, cada vez mais fortemente, nas escolas e nas salas de aula, pela presença de alunas e alunos que assumem diferentes orientações sexuais e diferentes identificações de gênero. Nas séries iniciais e também entre os adolescentes, os episódios de *bullying* com relação às pessoas que são consideradas “diferentes” são muito grandes. Muitas vezes esse *bullying* acaba levando a situações de violência, a suicídios e a intenso sofrimento para aqueles que estão submetidos a ele. Causa também, para as professoras e

outras pessoas envolvidas (mães, pais, administradoras escolares, entre outras), muitas dúvidas e angústias frente a como lidar com essas situações.

Isso nos mostra que a escola enfrenta os mesmos dilemas e problemas que a sociedade em geral. Recentemente, por exemplo, houve a denúncia na imprensa de que um adolescente foi espancado pelos colegas, tendo morrido em função dos ferimentos, em uma escola pública, no estado de São Paulo, por ser filho de um casal homoafetivo.²

Dessa forma, precisamos compreender melhor a questão da sexualidade e das diversidades sexuais, para que possamos conviver respeitosamente, deixando de lado os preconceitos, minimizando o sofrimento de alunas e alunos, mães, pais, professoras e professores. Afinal, nossa Constituição, no artigo 3º. Parágrafo IV, diz que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.³

Os estudos *Queer*

A teoria *queer* surgiu nos Estados Unidos, no fim da década de 1980, como forma de oposição e crítica aos estudos sociológicos sobre gênero e minorias sexuais, com o anseio de tentar entender a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. Apesar de tanto a teoria *queer* quanto a sociologia (e a teoria social) compreenderem a sexualidade como uma construção social e histórica, havia um pressuposto de que a forma “normal” de sexualidade eram as relações “heterossexuais”, no pensamento sociológico, de tal forma que as ciências sociais, até aquele momento, tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. Por essa razão, a noção de ‘normalidade’ estava calcada sobre uma visão de que a heterossexualidade era o padrão e as demais sexualidades eram desvios, ou seja, uma maioria normalizada e uma minoria desviante. (MISKOLCI, 2009).

Weeks (2007) esclarece que tanto o termo ‘heterossexual’ quanto o termo ‘homossexual’ parecem ter sido cunhados ao mesmo tempo, na Alemanha, em 1869, por Karl Kertbeny, um escritor austro-húngaro, com o intuito político de revogar as leis anti-sodomitas do país. Até então, a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo era chamada de sodomia, com ligações religiosas em uma base moral cristã. Em muitos países havia sanções e penas criminais para quem incorresse no crime da sodomia.

Surgindo do encontro entre uma corrente da filosofia e dos estudos culturais norteamericanos com o pós-estruturalismo francês, os estudos *queer* problematizaram, teórica e metodologicamente, as concepções de sujeito, identidade, agência e identificação, rompendo com a noção do sujeito iluminista; a saber, o sujeito por essa visão era baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, dotado das

capacidades de razão, consciência e ação desde o momento de seu nascimento (HALL, 2000). Dessa forma, para a teoria *queer*, era preciso questionar os pressupostos de “normalidade” dos sujeitos, entendidos pela perspectiva pós-estruturalista como provisórios, circunstanciais e cindidos.

Portanto, os estudos *queer* se voltaram para a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à intervenção do binarismo hetero/homossexual na organização da vida social contemporânea, buscando olhar atentamente para uma política do conhecimento e da diferença. Segundo o sociólogo Steven Seidman, *queer* seria o estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”. (1996, p.13)

A essa altura, você deve estar se perguntando o que significa o termo *queer*, não é mesmo?

Queer “pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p.38) e era usado nas línguas anglo-saxônicas como um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio. *Queer* era, então, usado como sinônimo de estranho, diferente dos demais. A escolha de *queer* para denominar uma nova proposta teórica servia para destacar o compromisso em desenvolver uma análise da normalização de identidades que, naquele momento, era focada na sexualidade.

Sexo: três partes do mesmo corpo

O termo sexo pode ser relacionado a três noções básicas: ‘sexo biológico’, ‘sexo cultural’ e ‘ato sexual’; e todos eles estão intimamente imbricados à corporeidade humana e suas marcas identitárias, ainda que possam ser dissociados entre si.

Segundo Louro (2000), esperamos que essas marcas nos indiquem - sem ambiguidade - as identidades de quem as possui. De forma que sexo, gênero e sexualidade seriam evidentes nas marcas dos corpos. Para ela, “teríamos apenas de ler ou interpretar marcas que, em princípio, estão lá, fixadas. Mas, ficamos desconfortáveis se nossa leitura não é imediatamente clara e reveladora; se, por algum motivo, não conseguimos enquadrar alguém (ou a nós próprios) numa identidade” (p.61).

O que percebemos, a partir dos discursos médico-biológicos, é que se tendeu a considerar que seres vivos podem ser assexuados ou sexuados, de acordo com sua forma de reprodução. Para tais discursos, aqueles organismos que se reproduzem sem que haja qualquer partilha de material genético com outro organismo da mesma espécie são chamados de assexuados. Já os seres vivos sexuados são aqueles que se reproduzem por um ato sexual, por aspectos fisiológicos que visam à troca de material genético, portanto, sexo está intimamente ligado, por estes discursos, à reprodução.

Na biologia, enquanto área do conhecimento, ficou evidenciado que indivíduos possuem determinadas características anatomofisiológicas de acordo com sua função reprodutiva, de tal maneira, que se convencionou tratar os diferentes indivíduos como machos ou fêmeas.

Contudo, ao longo do processo de desenvolvimento das ciências biológicas, percebeu-se que, em inúmeras espécies, havia indivíduos que fugiam dessa classificação binária (macho-fêmea). A princípio, trataram tais seres por hermafroditas⁴, por acreditarem que, como o personagem da mitologia grega, esses indivíduos possuíam as características dos dois sexos (fêmea-macho), mas com o decorrer dos tempos foi percebida uma enorme variação dentro dessa categoria. Dessa forma, dando ênfase à espécie humana, podemos dizer que ela não é composta apenas de machos e fêmeas, esses seriam os polos de um modelo idealizado, tido por binário. Mais recentemente, podemos notar que o termo 'hermafrodita' tem dado lugar ao termo 'intersexual', primeiro porque o discurso médico acabou por tratar o hermafroditismo como desvio, doença (já que foge a um padrão) e deveríamos vê-lo como uma diferença; segundo porque as questões políticas de gênero têm exigido a definição de um terceiro gênero humano - os não binários - que respeite a individualidade de seres humanos que possuem características que fogem dos polos binários (tanto de sexo quanto de gênero).

Hoje se estabeleceu que seres humanos intersexuais são encontrados em qualquer variação de caracteres sexuais, incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais, que 'dificultam' a identificação de um indivíduo como totalmente fêmea ou totalmente macho. Essa variação pode envolver ambiguidade genital, combinações de fatores genéticos e aparência (genótipos e fenótipos) e variações cromossômicas sexuais diferentes de XX para fêmea e XY para macho. Pode incluir também outras características de dimorfismo sexual como aspecto da face, voz, membros, pelos e formato de partes do corpo (MONEY; EHRHARDT, 1972).

Mas, ainda sobre o aspecto biológico do corpo, é preciso inferir que a insurgência da técnica (ou o conjunto de métodos, modelos, instrumentos, ferramentas, etc.), desenvolvida pela espécie humana como forma de se apropriar da natureza, se diferenciar dela e/ou subjugar-la trouxe também a possibilidade de interações médico-cirúrgicas sobre o corpo. O corpo sexuado, além de construído discursivamente, também pode ser modificado fisicamente, talvez ainda não por mudanças cromossômicas (genéticas), mas o fenótipo, que por definição é o conjunto de características físicas, morfológicas e fisiológicas de um organismo, pode ser modificado com técnicas que agem sobre o corpo. Assim, um macho pode ter seu órgão sexual convertido em órgão sexual de uma fêmea, e vice-versa – o mesmo vale para intersexuais, caso elas queiram ser inseridas em um dos dois polos. Para tais organismos alterados pela técnica, convencionou-se a utilização do termo transexual.

Vale ressaltar aqui que novas apropriações têm sido utilizadas para tentar facilitar tais entendimentos (mas elas tomam como fator fundamental essa noção biologizante dos seres humanos, algo que a teoria *queer* refuta): temos os humanos ‘cis’, (do latim, do mesmo lado), as pessoas cuja identidade de gênero está ao lado do que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico; e os humanos ‘trans’ (do latim, para além de), pessoas cuja identidade de gênero é diferente do que foi estabelecido socialmente como padrão para seu sexo biológico. Novamente, o reforço da necessidade humana de categorização das diferenças parte de uma noção guiada por aspectos ‘tidos’ por biológicos, a naturalização dos corpos.

Pesam ainda, atualmente, as considerações de teóricas *queer* como Judith Butler (2003) de que os corpos são discursivamente construídos; a autora rejeita a distinção entre sexo e gênero e chega até a afirmar que sexo é gênero. Se concordamos que o corpo não pode existir fora do discurso que dá um gênero a ele, devemos admitir que não existe nenhum corpo que não seja, já e desde sempre, ‘generificado’; a questão, para a teórica, não é que não exista uma matéria, uma base material sobre qual se apoia o discurso, mas que só podemos apreender sua materialidade através do discurso.

É exatamente isso que foi feito com o sexo biológico. Notar as diferenças entre organismos XX e XY é relativamente simples, mas foi preciso explicar essa diferença de forma discursiva. A base material - os genes, as estruturas celulares, os tecidos, os órgãos, os sistemas fisiológicos (digestório, reprodutor, etc.), o corpo - foi explicada a partir de discursos, e dessa forma, outros discursos eram utilizados para compor esses primeiros, como o jurídico, o religioso. O macho passou a ser considerado (discursivamente) como possuidor de pênis; a fêmea, de vagina; o/a/x intersexual ou transexual, de uma variação entre um e outro, ou os dois. Isso porque para partes corpóreas não denominadas a priori definimos nomes e funções. Mas fazer-se homem, mulher ou não polar implica muito mais do que considerar apenas as funções biológicas de fêmeas, machos, intersexuais e transexuais.

Vale ressaltar que nós, seres humanos, para nos inserirmos nas categorias sociais, nos apropriamos de discursos que indicam e afirmam o que é ser macho, fêmea, intersexual e transexual, mas, para todos os casos, esses discursos são violentos e agem como dispositivos de encaixe, são ‘caixas onde os corpos precisam caber’. Essa foi uma das principais questões para a teoria *queer* buscar reconhecer os elementos que normalizam os corpos, criando corpos normais e corpos anormais.

Essa indigência humana em busca de diferenciação, de classificação, de nomenclatura, vem da necessidade de se apropriar do mundo que nos cerca, de forma a dar sentido a esse mundo (natureza) e poder dizê-lo sem grandes dificuldades linguísticas. A linguagem é, assim, importante ferramenta para a espécie humana. E é por isso que os nomes e qualificativos para as “novas” formas de gênero e sexualidade causam tanta

espécie: como chamar a pessoa que é transexual, transgênero, não binária? Por que tantos nomes? Qual a importância deles?

Você deve ter percebido que quando tratamos da questão biológica do sexo humano, não nos referimos aos indivíduos como ‘homens’ ou ‘mulheres’. Biologicamente, seres humanos são tidos como fêmeas, machos, intersexuais (ou transexuais, uma categoria que ultrapassa apenas as questões biológicas tidas por ‘naturais’). Mas, sobre essa base discursiva que proveu cada ser de um sexo particular, existe uma gama de outros discursos que, a partir de cada sexo biológico, determinaram (e determinam) comportamentos, vestimentas, gestuais, enfim, que dotaram/dotam esses indivíduos sexuados de aspectos culturais. Contudo, temos uma noção polarizada e binária também dos gêneros: como feminino e masculino. Antes mesmo de nascer já somos interpeladas por esses discursos: “É menino ou menina”?

Segundo Scott (1990), ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais de seres humanos. É completa que, apenas recentemente, as feministas começaram a usar o termo ‘gênero’ no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se ‘à organização social das relações entre sexos’.

Tendemos a ver mulheres, homens, intersexuais e transexuais como sujeitos genericados, mas não podemos esquecer que o conceito de gênero não faz alusão direta ao sexo biológico, sendo um conceito com validade apenas em um tempo e espaço definidos. Masculino e feminino, como os polos dos gêneros, são concepções que dependem muito dos aspectos culturais que, em um tempo e espaço específicos, atrelam certas características a fêmeas, machos e não polares. Os estudos *queer* questionam as perspectivas que ligam o masculino exclusivamente a machos e o feminino a fêmeas porque buscam entender a origem dessas ligações. Inclusive porque a transgeneridade é uma quebra na ordem interna dessa associação direta.

Devemos lembrar que, ao tentar enquadrar sujeitos e práticas, sempre incorremos no risco de reforçar noções heteronormativas, ainda assim dentro da categoria da transgeneridade encontramos diferenciações. Podemos ver pessoas que se reconhecem como transexuais, outras que se denominam travestis e as pessoas *crossdresser* (ou CD). De forma simplista, podemos dizer que:

- a. Pessoas transexuais buscam a mudança de sexo e gênero, normalmente não reconhecendo seu sexo biológico compulsório e o gênero esperado para esse sexo como corretos. Para elas, seu corpo inteiro não condiz com sua identidade de gênero, são ‘fêmeas’ que se veem como ‘homens’ ou ‘machos’ que se veem como ‘mulheres’. E para tal, buscam a mudança corporal como solução desse conflito entre sexo e gênero.
- b. Pessoas travestis são pessoas que ultrapassam a barreira da identidade de gênero. Elas buscam vivenciar seu cotidiano dentro do esperado para o sexo oposto, podendo ou não modificar seus corpos, mas sem grandes conflitos quanto ao órgão sexual biológico de nascimento (pênis ou vaginas). Dentre as formas de transgeneridade,

esses sujeitos são os mais atacados pela heteronormatividade, pois quebram com o binarismo do corpo, inclusive com a linguagem, se tratando ora no feminino, ora no masculino.

- c. Crossdresser são pessoas que gostam de usar vestimentas estabelecidas culturalmente para o sexo oposto, no espaço e tempo onde estão inseridas, mas sem qualquer questão corpórea a ser alterada. Não devemos confundir CD com *drag-queen* (ou transformista), *drags* são performatizações artísticas em que homens se vestem como mulheres, exacerbando as características tidas por femininas.

Nenhuma dessas categorias está relacionada diretamente a atos sexuais, de forma que transgêneros podem se reconhecer como homossexuais, heterossexuais, bissexuais ou omni/pansexuais (pessoas que sentem atração por trans).

Como pode ser observado, novamente, quando falávamos dos discursos biológicos que separaram organismos entre machos e fêmeas (excluímos aqui intersexuais e transsexuais, por hora), vimos que a questão reprodutiva foi base para as noções primordiais sobre o ato sexual. Mas vamos romper com essa concepção desde já: a espécie humana não faz sexo apenas com um impulso reprodutivo.

O que estamos tentando dizer é que a sexualidade não é algo “dado” pela natureza e entendê-la implica entender “os rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, ou seja, entender os processos profundamente culturais e plurais que a constituem”. Segundo Louro, “através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas.” (2007, p.11). A autora ainda afirma que as possibilidades da sexualidade vistas como as formas de expressar desejos e prazeres, também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas.

O que pretendemos explicitar é que a sexualidade, como foi construída ao longo dos últimos séculos, é composta por dois principais aspectos: o desejo (a atração) e a prática (prazeres). O desejo acaba por delimitar a construção de identificações sexuais, sobretudo com aspectos políticos muito claros, que lutam contra a heteronormatividade: são o que atualmente chamamos de LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, ou seja, pessoas que não se reconhecem dentro de lógicas e práticas da heterossexualidade e a quem têm sido negados muitos direitos. Porém, nem todas as práticas sexuais são obrigatoriamente focadas no desejo.

Por tal razão, é comum que muitas pessoas vivenciem suas vidas dentro da esfera da heterossexualidade, mas tenham práticas sexuais diferentes do esperado e exigido para tal sexualidade. Em outras palavras, as práticas sexuais não heterossexuais são muito comuns e possíveis a qualquer pessoa, mas estão comumente atreladas ao risco de uma inferiorização social. O binômio homo/heterossexual é antes uma pedra de toque para práticas socialmente aceitáveis ou não, com vínculos muito fortes a noções religiosas e

reprodutivas. Isso também explicaria o descrédito da bissexualidade e da omni/pansexualidade (desejo/prazer por transgêneros).

Pelas mais diversas razões, as práticas homossexuais acabaram criando novas sub-classificações de sujeitos: temos os HSH (homens que fazem sexo com homens), as MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres), TST (trans que fazem sexo com trans), mas nesses casos específicos, a necessidade de classificação veio 'de fora para dentro', foram instituições ligadas aos Estados que, ao perceberem muitas práticas incoerentes com lógica heteronormativa, sob uma perspectiva de salubridade (sobretudo com campanhas de prevenção de DST/HIV-Aids), classificaram tais sujeitos que se excluem da homossexualidade, mas têm práticas homossexuais (como, por exemplo, profissionais do sexo ou homens que julgam que homossexual é apenas aquele que se deixa penetrar – passivo/ativo).

A sexualidade humana, reforçando, é composta pelo desejo e prazer, afeto e prática, agenciamento interno e externo. O que se destaca é a rigidez com que temos tentado enquadrar os comportamentos sexuais. São duas esferas em constante conflito: a interna e a externa, o reconhecimento subjetivo e o reconhecimento social. Tais disputas nos levam à questão da organização política das demais esferas sociais de um ser humano e a luta por equidade. O sexo, em suas três acepções vistas aqui (biológica, cultural e ato sexual), acaba sendo um dos principais elementos constitutivos dos sujeitos sociais e identidades pessoais. A dominação masculina sobre o feminino, a heteronormatividade que exclui outras práticas sexuais ou as coloca como desvio à norma, o ideário de ligação entre afeto e ato sexual, a pretensa ideia da existência de apenas machos e fêmeas na espécie humana, a concepção de que a reprodução é a função básica do ato sexual são alguns dos componentes discursivos utilizados pelos saberes-poderes para canalizar as potencialidades humanas para fins específicos: a manutenção de estruturas.

Dessa maneira, deixamos o questionamento para a reflexão: o quanto a escola, enquanto espaço de (re) produção de saberes tem sido algoz ou libertadora de seres humanos, sob uma ótica *queer* ou feminista? E as curiosidades das alunas sobre seus corpos e sobre os corpos alheios devem ficar fora dos muros da escola, como se fossem bicicletas imóveis a serem resgatadas na saída?

Recebido em maio de 2015 e aprovado em julho de 2015

Notas

- 1 Neste texto vamos usar a forma feminina nos artigos e substantivos coletivos. Isso não pretende fazer uma exclusão dos indivíduos masculinos, apenas causar um estranhamento. Homens (cis, trans) e pessoas não polares sintam-se incluídas.

- 2 Filho de pais gays morre após ser espancado, Blog Pragmatismo Político. 10/03/2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/filho-de-pais-gays-morre-apos-ser-espancado.html>>. Acesso em: 28 jun. 2015
- 3 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- 4 O termo 'hermafrodita' vem da mitologia grega, do nome do deus grego Hermafrodito, filho de Hermes e de Afrodite. Seu mito mais famoso é encontrado nas Metamorfoses de Ovídio, no qual consta que ele foi levado pelas ninfas até o Monte Ida, uma montanha sagrada da Frígia. Quando atingiu quinze anos, sentindo-se entediado do lugar, viajou para as cidades da Lícia e de Cária. Estava nos bosques da Cária, perto de Halicarnasso quando encontrou Salmacis, uma Níade (ninfa aquática), em sua morada numa lagoa. Tomada de luxúria perante a beleza do jovem, ela tentou seduzi-lo, mas foi rejeitada. Quando pensou que ela havia ido embora, Hermafrodito despiu-se e entrou nas águas do lago. Salmacis, então, saiu de trás duma árvore e mergulhou, enlaçando o moço e beijando-o violentamente, tocando em seu peito. Enquanto ele lutava por desvencilhar-se, ela invocou aos deuses para nunca mais separá-los. Seu desejo foi concedido e seus corpos se misturaram numa forma intersexual. Hermafrodito, aflito e envergonhado, fez então seu próprio voto, amaldiçoando o lago de forma que todo aquele que ali se banhasse seria igualmente transmutado, como ele próprio. Informação disponível em: <http://www.lettras.ufes.br/sites/lettras.ufes.br/files/field/anexo/e-book_Jornada_de_Estudos_Classicos_2010.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2015.

Referências

- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucila (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.
- CHAPERON, Sylvie. Auê sobre o segundo sexo. **Cadernos Pagu**, campinas, SP, n. 12, p.37-53, 1999.
- CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1: a vontade do saber.
- _____. **História da sexualidade** (Vol. II: O uso dos prazeres). Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2000.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. Reflexões sobre normalidade e desvio social. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, n. 13/14, p. 109-126, 2002/2003. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/richardmiskolci/paginas/academico/cientificos/frame.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

MONEY, John e EHRHARDT, Anke A. Man & Woman Boy & Girl. **Differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity**. USA: The Johns Hopkins University. 1972.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

_____. **A libertação sexual da mulher**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

_____. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero nos debates feministas. **História**, vol.24 n.1, Franca, 2005, p. 77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004>. Acesso em: 07 jun. 2015.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988,

PEYRE, Évelyne e WIELS, Joëlle. (orgs.) **Mon corps a-t-il un sexe ?** Sur le genre, dialogues entre biologies et sciences sociales. Paris: La Découverte, 2015.

RUBIN, Gayle. **Tráfico de mulheres**: notas para a economia política do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Correa. Recife: SOS Corpo, 1993. Originalmente publicado por REITER, Rayna R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>, acesso em 06 jun. 2015.

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Malden: Blackwell, 1996.

SILVA, Janine Gomes da. Sobre a “aventura intelectual da história das intelectual da história das mulheres”: entrevista com François Thébaud. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1):195-216, jan-jun/2003.

STUDART, Heloneida. **Mulher**: objeto de cama e mesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Gender, sex, sexuality *Categories of the contemporary debate*

ABSTRACT: In this article we present the contemporary debate around the categories “gender”, “sex” and “sexuality” with an explanation of the links between academic discussion and the feminist movement together with the presentation of notions of gender, woman and women, showing how discussions of gender have arisen. And finally, we try to explain the categories by which we discuss sexuality and sexual diversity, contextualizing them from queer theory.

Keywords: Gender. Feminism. Sexuality. Sexual diversity. Queer theory.

Genre, sexe, sexualités *Catégories du débat contemporain*

RÉSUMÉ: Dans cet article, nous présentons le débat contemporain sur les catégories «genre», «sexe» et «sexualités» par une exposition des liens du discours académique avec le mouvement féministe et la présentation des notions de sexe, femme et femmes en montrant comment naissent les débats de la catégorie de genre. Et, finalement, nous chercherons à expliquer les catégories mobilisées dans la discussion sur la sexualité et la diversité sexuelle, en les contextualisant à partir de la théorie queer.

Mots-clés: Genre. Féminisme. Sexualité. Diversité sexuelle. Théorie queer.

Género, sexo, sexualidades *Categorías del debate contemporáneo*

RESUMEN: En este artículo, presentamos el debate contemporáneo sobre las categorías “género”, “sexo” y “sexualidades”, con una explicación de los vínculos de la discusión académica con el movimiento feminista y la presentación de las nociones de sexo, mujer y mujeres, mostrando como surgen los debates de la categoría género. Y, finalmente, buscamos explicar las categorías por las cuales se discute la sexualidad y la diversidad sexual, contextualizándolas a partir de la teoría queer.

Palabras clave: Género. Feminismo. Sexualidad. Diversidad sexual. Teoría queer.